

PROFESSORES DA UCPEL DECIDEM PELA ADESÃO À PARALISAÇÃO NACIONAL DO DIA 11/11

Reunidos em Assembleia Geral na última quinta-feira, após análise da situação que se apresenta, os professores da UCPEl decidiram pela adesão ao DIA NACIONAL DE PARALISAÇÃO promovido pelos sindicatos de trabalhadores e Centrais Sindicais, a ser realizado na próxima sexta, dia 11 de novembro.

Os professores manifestam-se contrários a aprovação da PEC 241 (atual PEC 55) em tramitação no Senado Federal, que congela os investimentos em saúde e educação por 20 anos, afetando os repasses à saúde nas instituições educacionais, como é o caso do Hospital Universitário, bem como de investimentos como FIES, Prouni e bolsas de pesquisa e extensão.

Em nota, publicada em 27 de outubro, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB - esclarece:

“Apresentada como fórmula para alcançar o equilíbrio dos gastos públicos, a PEC 241 limita, a partir de 2017, as despesas primárias do Estado – educação, saúde, infraestrutura, segurança, funcionalismo e outros – criando um teto para essas mesmas despesas, a ser aplicado nos próximos vinte anos. Significa, na prática, que nenhum aumento real de investimento nas áreas primárias poderá ser feito durante duas décadas. No entanto, ela não menciona nenhum teto para despesas financeiras, como, por exemplo, o pagamento dos juros da dívida pública. Por que esse tratamento diferenciado?

A PEC 241 é injusta e seletiva. Ela elege, para pagar a conta do descontrole dos gastos, os trabalhadores e os pobres, ou seja, aqueles que mais precisam do Estado.

A PEC 241 afronta a Constituição Cidadã de 1988. Ao tratar dos artigos 198 e 212, que garantem um limite mínimo de investimento nas áreas de saúde e educação, ela desconsidera a ordem constitucional.”

Os professores se manifestam contrários à Reforma do Ensino Médio proposta pela Medida Provisória 746/2016, que alija a comunidade de estudantes e professores, pais e instituições de ensino, do processo de discussão da reforma. Também se posicionam contrários a outras iniciativas tomadas pelo Governo Federal no sentido de implementar a Reforma da Previdência e a Reforma Trabalhista que, entre outras questões, objetivam implantar um processo irrestrito de terceirização de trabalho para

todas as atividades profissionais, bem como revogar a Legislação Trabalhista em favor de cláusulas negociadas entre patrões e empregados em detrimento do que hoje é legislado.

Os professores entendem que esse conjunto de medidas volta-se contra todos os trabalhadores, bem como contra a maioria da sociedade, na medida em que impõe sobre nós a solução da crise fiscal do Estado em detrimento de considerar a necessidade de uma Reforma Tributária que priorize a cobrança das grandes fortunas e do grande capital. Ou que, igualmente, considere apenas a necessidade de superávit para pagamento dos juros da dívida, hoje umas das mais altas do mundo, algo que somente beneficia o capital especulativo, rentistas e banqueiros, que consomem 45% de tudo o que é arrecadado pela União.

“É possível reverter o caminho de aprovação dessa PEC, que precisa ser debatida de forma ampla e democrática. A mobilização popular e a sociedade civil organizada são fundamentais para superação da crise econômica e política. Pesa, neste momento, sobre o Senado Federal, a responsabilidade de dialogar amplamente com a sociedade a respeito das consequências da PEC 241.” (Nota da CNBB).

Considerando esse conjunto de medidas contrárias aos direitos conquistados pela sociedade, conclamamos a comunidade universitária, pais e estudantes, a se solidarizarem com o Movimento do dia 11, não vindo à Universidade e participando das manifestações de protesto que ocorrerão neste dia em Pelotas e em todo o país.

Nota emitida a partir da Assembleia Geral dos Professores da UCPel, em 3/11/2016.

COMITÊ DA UCPEL EM DEFESA DA EDUCAÇÃO E DA SAÚDE

SINDICATO DOS PROFESSORES DO ESTADO DO RS – SINPRORS